



Glauber Franco de Oliveira\*

## RESUMO

A partir da segunda metade do século XX, Arthur Giannotti apresenta uma leitura wittgensteiniana e hegeliana de Karl Marx que provoca uma inflexão no debate da contradição na sociabilidade capitalista burguesa, inaugurando uma interpretação paradigmática de um Marx exterior à discussão do objeto em-si, isto é, exterior a um estatuto ontológico. Hegeliana, pois analisaria que a ideia de uma contradição real marxiana está profundamente vinculada à lógica especulativa hegeliana de identidade entre objeto e conceito, no Conceito e no racional. E wittgensteiniana, pois tem que as categorias do capital são determinações do pensamento em Marx, que por ser uma sintaxe gramatical do capital manifestaria a contradição inscrita apenas como expressão, uma expressão ampliada. O autor une, em resumo, Hegel e Wittgenstein para criticar Marx. Tais leituras muito se propagariam naquilo que seria reconhecido como “Seminário de Marx”, um projeto uspiano local e nacional para intelectuais e marxistas brasileiros que envolveria gerações de pensadores. Diante disso, tem-se como importante problematizar, a partir da leitura crítica de Arthur Giannotti, se a própria realidade capitalista burguesa é ou não é contraditória. No objetivo de compreender qual é a natureza da contradição na contemporaneidade burguesa, revisou-se metodologicamente algumas obras, artigos e entrevistas importantes do autor, rondou-se seus críticos e discentes e recolheu-se alguns dos seus principais argumentos. São aqui apresentados resultados iniciais e parciais de uma pesquisa de natureza bibliográfica, qualitativa e teórica em desenvolvimento no PPGFIL/UFAL.

**Palavras-chave:** Contradição. Trabalho. Lógica. Linguagem. Giannotti.

## A critical reading of Giannotti: what is the nature of contradiction in burguese contemporary?

## ABSTRACT

From the second half of the 20th century, Arthur Giannotti presents a Wittgensteinian and Hegelian reading of Karl Marx that provokes an inflection in the debate of contradiction in bourgeois capitalist sociability, inaugurating a paradigmatic interpretation in the present day of a Marx outside the discussion of the object in-itself, that is, outside an ontological status. Hegelian, because he would analyze that the idea of a real Marxian contradiction is deeply linked to the Hegelian speculative logic, of identity between object and concept, in the Concept and in the rational. And, Wittgensteinian, because the categories of capital are determinations of thought in Marx, which, being a grammatical syntax of capital, would manifest the contradiction inscribed only as an expression, an expanded expression. In which the author unites, in short, Hegel and Wittgenstein to criticize Marx. Such readings would spread widely in what would be recognized as “Marx Seminar”, a local and national USP project for Brazilian intellectuals and Marxists that would involve generations of thinkers. In view of this, it is important to problematize from the critical reading of Arthur Giannotti whether the bourgeois capitalist reality itself is or is not contradictory. In order to understand what is the nature of the contradiction in bourgeois contemporaneity. Until then, some important works, articles and interviews of the author were methodologically reviewed; its critics and students were rounded up; and collected some of the main arguments. Here, initial and partial results of a bibliographic, qualitative and theoretical research under development at PPGFIL/UFAL are presented.

**Keywords:** Contradiction. Work. Logic. Language. Giannotti.

\*Mestrando bolsista da FAPEAL em Filosofia na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com projeto de pesquisa acerca da natureza da contradição na contemporaneidade a partir da leitura de Arthur Giannotti. Vice-coordenador no Projeto de Extensão “Entendendo a crise brasileira atual” registrado na Universidade Federal de Mato Grosso. Bacharel em Serviço Social na Universidade Federal de Mato Grosso. Foi voluntário no Projeto de Extensão “Ultraliberalismo e Conservadorismo no Brasil atual” registrado na Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência em Ensino, Pesquisa e Extensão nas grandes áreas de Serviço Social e Filosofia, especialmente nas categorias marxianas e no debate marxista. No mestrado, ronda algumas tradições, tal como a Analítica, a Linguagem e a Dialética. E-mail: glaubereb@outlook.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4748-3364>.

Uma leitura crítica de Giannotti: qual é a natureza da contradição na contemporaneidade burguesa?

## Introdução

Arthur Giannotti é um filósofo que participou de uma reviravolta e de uma novidade na intelectualidade em geral e no marxismo, em particular no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Quando este autor se propõe a pesquisar sobre a contradição por uma leitura wittgensteiniana e hegeliana, o marxismo e a intelectualidade de interesse prestam atenção, já que ele completaria seu renome nacional e internacional por algum motivo – a começar.

Todavia, se por um lado é inovador e sobressalente, por outro lado muitas vezes percorre um caminho solitário com seus pares (de grande peso intelectual), já que propõe uma leitura marxiana totalmente contra-hegemônica no que diz respeito a correntes internas ao marxismo. Ler Marx por Hegel até que vai, já que dentre tudo havia uma “hegelomania” no tempo de Marx, mas ler Marx por Wittgenstein, como assim? Poder-se-ia dizer que essa leitura a partir de Wittgenstein acontece por causa do movimento da *virada linguística* e da influência norte-americana e europeia que aconteceu e acontece de cima pra baixo em penetrar as discussões filosóficas com centralidade na linguagem no Brasil. E também poder-se-ia dizer que isso se deveu pela abertura que Marx faz ao discutir todo um sistema de formas, expressões e subjetividade, a começar pela linguagem como capacidade constitutiva da atividade *trabalho* como fundante do ser social.

Mas, mesmo que tais movimentos fossem explicativos de alguma forma, tais leituras se deram sobretudo por conta da trajetória da vida de Giannotti, sendo possível dizer como sua vida o levou a tal caminho. Passaria por um intercâmbio francês, pelas influências de Gilles-Gaston Granger e Claude Lefort e, fechando com chave de ouro, pelo curso de Filosofia na Universidade de São Paulo. Mas também e não só, o influenciaria todo um movimento que havia no mundo ocidental, pois como pode ele suportar a *virada linguística*, o capitalismo fictício e o avanço das tecnologias de comunicação e informação erigindo toda uma universalidade de *segunda ordem* sem deixar afetar suas discussões teóricas? Parece que com vistas ao mundo em mudança no século XX, Giannotti pôde deixar de ser inovador para ser previsível, a favor da maré. O superdimensionamento da linguagem estaria na moda.

De toda maneira, Giannotti lega um paradigma, ou melhor, uma miríade de problematizações. A contradição marxiana é apenas *especulativa*, quiçá idealista, tal como limitava o horizonte de Hegel? O capitalismo é um *sistema de expressão*, só que *ampliado*, tal como dirigiria os escritos de Wittgenstein? São duas perguntas norteadoras de um recorte que rondam as duas leituras wittgensteiniana e hegeliana dele – existindo outras mais.

Além disso, não é fácil ler Giannotti, ele é intencionalmente erudito, não lega nenhum livro em que possa ser dito o seguinte: este é para o público em geral! Em que talvez seja esse, contra os pecebistas (do Partido Comunista Brasileiro), mais um dos seus traços distintivos e que qualifica a atmosfera uspiana do “Seminário de Marx” no seguinte: deixemos de vulgatas marxista-leninistas para fazer filosofia erudita? Todavia, não é tão simples assim, já que cumpriria uma missão e brigaria dentro da USP por um estatuto científico, porquanto o legado de Florestan Fernandes exigia isso da filosofia.

Assim, é por isso que se divide o presente artigo em primeiro contextualizar Giannotti e seu artefato (o “Seminário em Marx”), para depois discutir suas leituras marxianas e um pouco de toda sua proposta no eixo do debate da contradição na contemporaneidade, bem como seu contexto de vida e obra.

Por fim, é importante dizer que aqui se apresenta uma interpretação interessada, tem um autor por detrás deste artigo. São resultados iniciais e parciais de uma pesquisa em andamento, de modo que não se tem nenhuma intenção de esgotar a temática. Na verdade, é um artigo com muitos aspectos provocativos a se refletir, questionar e criticar.

### **Giannotti e o “Seminário em Marx”: um particular marxismo brasileiro**

O filósofo e brasileiro Arthur Giannotti é multidisciplinar, polemista, vanguardista (como um bom amigo da família de Mario de Andrade) e, como ele mesmo o descreveria, um “reator: reagindo as suas paixões” (GIANNOTTI, 2000, p. 102). Foi um dos fundadores do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) como paradigma institucional, intelectual e brasileiro. Provocou diversas interpretações de obras marxianas, em especial no intercâmbio filosófico com alguns países europeus menos que norte-americanos (considerados não tão proeminentes como os franceses

e alemães). Voltando em 1958 de um momento único na França (pois, como diria, não seria mais um estudante jogado na *Sorbonne*), antes mesmo do seu exílio político no mesmo país em 1970, acumula a bagagem da ontologia na perspectiva neo-transcendental de Gilles-Gaston Granger, seu professor e amigo por muito tempo. E, na mesma qualidade de intercâmbio, apropria-se de um marxismo contrário ao dos soviéticos, quando frequenta o grupo político *Socialismo ou Barbárie* do filósofo Claude Lefort, lendo em especial Marx e Wittgenstein. Nisto, ainda na *Rua Maria Antonia*, organiza um grupo de estudos na Faculdade de Filosofia da USP (FFLCH-USP) para leituras de *O Capital* que resultou posteriormente no “Seminário de Marx”, formador de muitos intelectuais uspianos os quais seriam seus comentaristas, críticos e, ao mesmo tempo, legatários.

Dentre tudo, Giannotti é taxado por alguns opositores de *socialdemocrata*, pois é pessimista e reformista ao constatar o fracasso do comunismo como utopia emancipadora pelo trabalho. Ou mesmo como dotado de um *marxismo adstringido*, tal como José Chasin (1995) caracterizaria a *analítica paulista*, ao abandonar o marxismo e retornar ao kantismo, à fenomenologia e aos *jogos de linguagem* de Wittgenstein – a crítica de Chasin seria extensa. O historiador Perry Anderson (2004) formularia o conceito de *marxismo ocidental* como particular corrente do marxismo a qual o *Seminário* por Giannotti também asfaltaria, em que decorre “principalmente no distanciamento ocorrido entre teoria e prática política, na aproximação da abordagem marxista a diversas concepções filosóficas, e em sua redução gradativa ao espaço acadêmico” (SILVA, s/d, p. 71), resultado da “reclusão dos teóricos nas universidades – longe do proletariado de seus países” (BRITO, 2015, p. 2) e do “estreitamento de seus campos teóricos, que se aproximaram da filosofia – com o agravante da linguagem hermética, que distanciava ainda mais os intelectuais dos setores populares - em detrimento da economia e política” (BRITO, 2015, p. 2). Em amplitudes gerais, tem-se em Schwarz (s/d) o seguinte:

Em termos ultra-sumários, digamos que um diagrama marxista da reprodução do capital, reconstituído conforme o ângulo de Giannotti, é sucessivamente confrontado com a dialética idealista de Hegel, com a ponderação weberiana dos meios e dos fins, com o jogo de linguagem de Wittgenstein, com a separação entre ação técnica e comunicativa de Habermas, com a versão primária do fetichismo própria aos frankfurtianos (amigamente peço licença para achar esse capítulo uma catástrofe) e com a ciência econômica de hoje. O marxismo sai fortalecido de todos esses encontros, e nesse sentido

Giannotti poderia dizer com Sartre, tão fora de moda, que Marx é o horizonte insuperável de nosso tempo (SCHWARZ, s/d, p. 3)

Ou seja, o diálogo e o confronto de muitas tradições que não costumam conversar. E, para nos deter em um aspecto das suas taxações, sua *socialdemocracia* residiria muito em suas consequências intelectuais de natureza política, em que sustenta a inviabilidade marxista em superar a ordem capitalista vigente, havendo um Marx *messiânico* e dogmático que previu o *fim do capitalismo* tão somente pelo comunismo. Da mesma maneira, em sua visão política constata os fracassos históricos do socialismo, jogando tudo na tinta e papel de Marx. Conclui em uma das suas análises que como não houve a superação do capitalismo, isso só pode significar a barbárie. Todavia, não há novidade na tese, já que os principais críticos iriam pelo mesmo caminho, seja de esquerda ou direita. Para Schwarz (s/d), tais conclusões não passariam de uma falta de contextualização histórica, ou mesmo do erro de uma atenção maior ao “jovem Marx da filosofia” em detrimento de um “Marx de *O Capital*”. Na verdade, alguns dos críticos de Giannotti recorrentemente indagariam: como um intelectual de tamanha envergadura comete erros tão fundamentais?

De todo modo, nesse desenrolar se aclimatava a consolidação de um novo marxismo brasileiro frente ao marxismo-leninismo e às vulgatas militantes, e na formação de uma intelectualidade brasileira de fortes características uspianas com ligação francesa. Em que, se para Schwarz (1998) o contexto do “Seminário” era o da USP (Universidade de São Paulo), para Sader (2005) era o político, como verifica em toda uma cultura de leitura de textos políticos, tal como os gramscianos, trotskistas e sartreanos. Contudo, seriam muitas gerações de intelectuais que, embora paradigmática, a corrente particular de leitura marxiana é igualmente variada.

Do grupo de estudos até a formação do “Seminário”, isto é, dos primeiros acúmulos até a primeira geração de frequentadores regulares, os integrantes mais frequentes eram os sociólogos Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Leôncio Martins Rodrigues, a antropóloga Ruth Cardoso, o economista Paul Singer, o crítico literário Roberto Schwarz, o historiador Fernando Novaes e o filósofo Bento Prado Júnior, entre outros. Ou seja, uma intelectualidade com relativo poder e influência no Brasil, que rondava múltiplas áreas do conhecimento e não distante formava “o núcleo mesmo da cultura ‘radical’ uspiana” (ARANTES, 2021, p. 280). Promovia-se dentre

tudo também “o encontro uspiano da filosofia universitária francesa com o marxismo” (ARANTES, 2021, p. 280). Depois, da primeira à segunda geração, a “participação do próprio Roberto de Ruy Fausto, Emília Viotti, Marilena Chauí, Sérgio Ferro, João Quartim, Francisco Weffort, Lourdes Sola, Cláudio Volga Albertina Costa, Paulo Sandroni e Beth Milan, entre outros” (SADER, 2005, p. 173). A saber, certamente caracterizar o grupo e reproduzir todo o diálogo marxista envolvido no longo “Seminário” ainda em andamento abrangeria desenvolver parte considerável do marxismo contemporâneo e brasileiro em geral, e da intelectualidade paulista em particular. Assim, é preciso ressaltar que durante todo o século XX houve diversas correntes marxistas dominantes cultivadas nos encontros: as teorias cepalinas, as pecebistas, as isebistas e, por fim, a uspiana.

Giannotti, diante das diversas abordagens sobre o “Seminário” e tendo cada intelectual remanescente do grupo escrevendo suas impressões e outros mais sistematizando o máximo possível do que aconteceu nos encontros, por um lado em algumas entrevistas questionaria a possível unidade, mesmo que desarmônica, do grupo, reagindo a qualquer consenso imputado aos intelectuais participantes e, por outro lado, desmistificaria sua amplitude de heroísmo, em que diz:

Esse seminário se tornou um mito e, em função disso, foram esquecidas suas limitações e suas imprecisões. Ora, tratava-se simplesmente de um grupo de estudos. Quando voltei da França, a gente costumava ir aos sábados à casa do Fernando Henrique [Cardoso] e, como eu mesmo já estava muito interessado em ter uma visão crítica do marxismo – sem deixar de ao mesmo tempo absorvê-lo -, propus que armássemos uma visão geral dos textos marxistas contemporâneos. Ao que Fernando Novais replicou, lembrando que até agora nenhum de nós tido lido Marx direito. Cabia ler o próprio Marx e foi o que fizemos. Comecei com a análise do primeiro capítulo d’O Capital e me lembro que ela já foi motivo de polêmica com o Bento, pois ele, como bom sartreano, queria encontrar ali uma antropologia fundante. Eu criticava essa antropologia e puxava a interpretação para o plano da lógica. O seminário era variado, somando pontos de vistas diferentes, cada um trazendo sua própria experiência. Depois do seminário, jantávamos e discutíamos política brasileira (GIANNOTTI, 2000, p. 95).

Ou seja, para seguir a bronca de razoabilidade de Giannotti, o “Seminário” buscava em Marx a referência para compreender as peculiaridades sociais e políticas brasileiras em face da história contemporânea do capital. Em meio à Revolução Cubana em 1959, e outras tantas no período que não condiziam com o marxismo oficial leninista, “pois não foi feita por operários, não foi dirigida pelo partido comunista



e não respeitou a sequência de etapas prevista na teoria” (SCHWARZ, 1998, p. 101), e em meio ao contexto nacional de desenvolvimentismo por Juscelino Kubistchek, com o seu propósito de avançar “cinquenta anos em cinco”, o qual Celso Furtado “observa que naqueles anos pareceu possível uma arrancada recuperadora, que tirasse a diferença que nos separava dos países adiantados” (SCHWARZ, 1998, p. 101), o contexto imediato do “Seminário” pode ser mais localizado na Faculdade de Filosofia da USP. A saber, “a ideia de uma esquerda marxista sem chavão, à altura da pesquisa universitária contemporânea, aberta para a realidade, sem cadáveres no armário e sem autoritarismos a ocultar, era nova” (SCHWARZ, 1998, p. 103), tal como menciona-se anteriormente.

Isto é, estudos marxistas relacionados “a vulgarização do marxismo por parte do PCB, o trunfo da revolução cubana como via heterodoxa ao socialismo, e seu impulso ao pensamento crítico dentro do marxismo, ao que se acrescentaria a guerra no Vietnã e a ausência do estudo de Marx dentro da própria USP” (SADER, 2005, p. 172). Contudo, isso não é consenso e é polêmico, pois cada participante publicaria análises diferentes entre si, havendo um variado número de convergências. Por exemplo, para Schwarz (1998), do pouco que o grupo tinha de ideias em comum, as críticas se desdobravam no geral contra o marxismo vulgar e as noções conceituais do PCB (igualmente heterogêneo e de dissidentes), que giravam em torno do enquadramento soviético e do estalinismo. Para o intelectual também, mesmo o grupo concluindo o fracasso do comunismo, aposta na superioridade intelectual de Marx para uma agenda local “de superação do atraso por meio da industrialização, o que não deixava de ser abstrato e acanhado em relação ao curso efetivo do mundo” (SCHWARZ, 1998, p. 101).

O que expressa, por sua vez, a natureza metodológica do grupo, que não é nada formada definitivamente, como se fosse uma ementa de curso, mas sim em movimento de muito debate a cada encontro, embora estanque de permanências. Até hoje, “para muitos veteranos do Seminário Marx filosofia é explicação de texto (filosófico, evidentemente) especializada em questões de método” (ARANTES, 2021, p. 284). Por vezes e para alguns, é “um método a-histórico e descontextualizador” (SCHWARZ, s/d, p. 1). O resumo sobre os métodos que constituem os encontros do

“Seminário” de um dos seus participantes, Paulo Arantes, é completo e podendo ter o seguinte:

[...] os filósofos que conheceram atuando na leitura em conjunto do Capital eram antes de tudo profissionais que estudavam metodicamente filosofia. Inútil lembrar que tudo era francês: métodos, técnicas e temas. Como também as duas disciplinas básicas: a História da Filosofia, professada segundo o velho princípio espiritualista da “compreensão interna” porém na sua derradeira versão, dita “estruturalista”, entre outras coisas, por neutralizar a questão da verdade material das doutrinas, em favor de sua significação arquitetônica-argumentativa; e a Epistemologia, dominada na época pelo magistério de Gilles-Gaston Granger, cuja filosofia do Conceito antecipava em mais de um ponto a nova filosofia francesa dos anos 60. Ora, os filósofos presentes simplesmente cumpriram com a obrigação, a julgarmos pelo único protocolo do Seminário, redigido e publicado por Giannotti. Isto é, começaram a ler O Capital como Gueroult ou Goldschmidt explicavam Platão ou Descartes – neste despropósito consistiu justamente a revelação –, um método talhado para o andamento linear da teoria tradicional mostrava-se capaz de fazer falar o seu contrário, uma técnica suspensiva a serviço de um pensamento que proíbe a separação de conhecimento e interesse, discurso e contexto prático (ARANTES, 2021, p. 284-285).

Isto é, inclinações francesas, profissionais, estruturalistas e epistemológicas, tendo um Giannotti instruído por Gilles-Gaston Granger, em quem se vê muito da sua herança. Uma direção que não por autoridade intelectual tinha unidade no desenrolar dos encontros, mesmo que composta de uma variedade de contestações, o que unia sartreanos e nacionalistas-desenvolvimentistas – para acrescentar aos já citados.

Assim, surgia a partir da segunda metade do século XX um “novo marxismo no Brasil” (com todas as ressalvas possíveis desse “novo”) que se sustentaria e ramificaria até atualidade, a qual Giannotti é um grande proponente e se torna um dos mais renomados filósofos e marxistas brasileiro. Suas conseqüências formaram uma particular corrente no marxismo brasileiro que, por ser interdisciplinar, abrange uma filosofia brasileira de características franco-uspiana, marxista, multidisciplinar e dialógica, partindo de uma visão textual de *compreensão interna*, de tendências à teoria do conhecimento agarrada sobremaneira a uma ciência de preferência fenomenológica, no que diz respeito a essência de uma transcendentalidade.



### Leituras giannottianas de Marx: qual é a natureza da contradição?

Acerca de Marx e do marxismo, Giannotti se interessava mais por Marx do que pelo marxismo, o que ia de total encontro ao que se tinha das suas preferências no estudo interno do texto de maneira atenciosa e metódica, ou da sua pressuposição de recusar qualquer “identidade teórica do marxismo” (GIANNOTTI, 2010, p. 7). Por isso, desde o começo assume uma “leitura incoerente” de Marx e o lega ao prazer da hermenêutica, quando não muito ao epistemologismo, não sendo à toa que se coloca no oposto de José Chasin (1995), o principal estudioso de um *estatuto ontológico* marxiano no Brasil – mesmo elogiando a atenção de Lukács à *substância*. Ainda mais, diz que prefere “abandonar de vez a pretensão de ter atingido o coração do pensamento do autor” (GIANNOTTI, 2010, p. 7), da mesma maneira que diz também que deve “reconhecer que estou torcendo o sentido que Marx empresta à sua crítica, pois a desloco para o lado do kantismo, visto que passo a indagar pela possibilidade da dialética materialista” (GIANNOTTI, 2010, p. 22).

Em meio a essa postura, como um ponto central das suas pesquisas anda “atrás da ideia de como é possível encontrar parâmetros de conduta que sejam ao mesmo tempo identitários e contraditórios” (GIANNOTTI, 2000, p. 103) no debate da contradição, seu problema recorrente. Que significa, por sua vez e em geral, escolher trabalhar na distinção “entre a história contemporânea das categorias, seu desdobramento formal, e a história do vir-a-ser: de um sistema” (GIANNOTTI, 2000, p. 103) ao se referir à linha hegeliana de Marx. Ou mesmo, já numa relação giannottiana de Marx e Wittgenstein, “descobrir como se podem articular as forças produtivas num sistema de expressão” (GIANNOTTI, 2000, p. 105-106). Isto é, pesquisar como a contradição se expressa em um sistema de expressão que leva em consideração sua relação com as forças produtivas, o desenvolvimento tecnológico e o movimento vindo desde a materialidade, mesmo que essa materialidade seja uma “espécie de imperativo ontológico que mandava identificar onde quer que fosse uma certa camada de Logos” (ARANTES, 2021, p. 291-292), algo como um “universo de idealidades sem o qual não haveria costura possível entre as coisas e as palavras” (ARANTES, 2021, p. 291-292).

Dentre tudo, uma das principais chaves explicativas para compreender Giannotti está na “distinção de raiz kantiana entre ‘contradição’ e ‘contrariedade’” (FILHO, s/d, p. 7). Propõe em tese que por Marx não confundir as duas ordens, a do pensamento e a do mundo objetivado, “afirmando que como estas ordens são ontologicamente distintas o pensamento jamais poderá agarrar a raiz das próprias coisas” (FILHO, s/d, p. 7), ele se põe em meio a isso no campo do pensamento, abrindo um espaço grande de muitas conclusões do autor. Como se põe do lado do pensamento, tudo é produto de *jogos de linguagem* ao passo wittgensteiniano. Por ser *jogos de linguagem* é lógica autonomizada, estando a verdade no âmbito da lógica, o que explica seus críticos dizerem da abertura da porteira ao *misticismo* e ao *logicismo*. E, assim, há uma impossibilidade do pensamento reproduzir um mundo concreto em seu movimento. Dessa maneira, Giannotti estabelece alguns níveis de problemas, avançando a cada passo em um.

A começar por Wittgenstein para depois passar a Hegel, diz que a partir do *Princípio da Contradição* em Aristóteles, o cálculo proposicional formula a impossibilidade como a negação de  $p$  e  $\sim p$ , isto é, formulisticamente  $\sim(p \ \& \ \sim p)$ , onde a contradição, considerando seus valores de verdade, conjuga duas proposições as quais o resultado é sempre falso, sendo para o *Wittgenstein tractariano* desprovida de sentido, já que não pode logicamente ser falsa (GIANNOTTI, 2013, p. 139). Desta maneira, do *Wittgenstein tractariano* “que considerava a proposição como figuração (*Bild*), essencialmente bipolar, de um estado de coisas (a contradição estando impedida de afigurar)” (GIANNOTTI, 2013, p. 139) ao do *Wittgenstein da investigação*, passou a atribuir a contradição de um outro modo, em que “uma proposição somente tem sentido no contexto de um jogo de linguagem” (GIANNOTTI, 2013, p. 139). Sobre isso, Giannotti (2013) explica o seguinte:

Se várias palavras, e até mesmo signos não verbais, se juntam para, de forma regulada, apresentarem certos estados de coisas, certos casos, de maneira correta ou incorreta, isso somente se efetua porque esses signos estão sendo usados em obediência a determinadas regras, com vistas a se obter certos resultados. Desse modo, a bipolaridade do falso e do verdadeiro se diversifica conforme se arma a oposição entre seguir a regra de modo adequado ou inadequado (GIANNOTTI, 2013, p. 139).

Isto é, em um primeiro momento a linguagem, “como uma caixa de ferramentas que servem a vários propósitos” (GIANNOTTI, 2013, p. 140), que lida com símbolos

não simplesmente formais, ligados e separados entre si, passa em um segundo momento “a ser uma forma de ação ligada a um modo de dizer. Varia, pois, segundo a diversidade dessas ações sendo ditas, isto é, segundo práticas que se tramam discursivamente” (GIANNOTTI, 2013, p. 140).

Giannotti (2000), a respeito da contradição na teoria wittgensteiniana, diz que de “acordo com ela, se digo ‘isto é belo’ e você diz ‘isto é feio’, nós estamos entrando em contradição – o que, para a lógica formal, não é o caso. Cabe, então, entender o que Wittgenstein está querendo dizer com ‘contradição’” (GIANNOTTI, 2000, p. 107) estendendo o mesmo a Marx, em que o filósofo diz o seguinte:

[...] quando o cálculo das proposições formaliza a contradição, os problemas essenciais de seu sentido foram expurgados, pois as proposições foram tomadas unicamente sob o aspecto de como podem vincular por seus valores de verdade. Isso não explica como a contradição é usada. A questão é saber como é possível operar com conceitos, ou com representações, que parecem como identidades, e, no operar, os objetivos vão sendo inteiramente subvertidos – subvertidos não por um Deus que vem de fora, mas por um processo pelo qual ocorre uma espécie de alteração dos próprios objetos. E todos nós somos enredados pelo mesmo processo. Ou seja, o problema da validade da regra implica a institucionalização do guardar a regra, o que por sua vez pode subverter o sentido da regra tal como é apenas visada (GIANNOTTI, 2000, p. 107).

Para Giannotti, então, não basta formular as proposições e calcular os valores de verdade, mas sim explicar como a contradição é usada levando em consideração como a regra transforma e é transformada nesse processo, e isto já no processo de tornar em *expressão*. O autor, em vista de tal processo, entende o capitalismo como um mundo em que “a construção dos signos pelos quais pautamos nossa sociabilidade rouba os sentidos elementares pelos quais começamos a agir” (GIANNOTTI, 2000, p. 108). Esses sentidos estão sendo completamente subvertidos por um capitalismo que:

[...] além de estabelecer as regras, aprendeu a guardá-las, e guardá-las *ad hoc* conforme seus próprios interesses, também estamos metidos na barbárie no sentido bom da palavra – isto é, não no sentido de um estado primitivo sem regras, mas no de uma utilização da regra de acordo com determinados interesses (GIANNOTTI, 2000, p. 109).

Assim, Giannotti introduz um certo vocabulário que distingue para seu objetivo *modos de representação e meios de apresentação*, nos quais não há “diferença

essencial entre a relação e o controle e a norma” (GIANNOTTI, 2000, p. 106), já que ambos existem em um mesmo plano do real. Isto é, por definição, existentes em um nível mais elementar das relações de vigilância da regra, que é “quando os objetos se transformam em signos” (GIANNOTTI, 2000, p. 106), como *modo de representação*. Por exemplo, “Se A se relaciona socialmente em relação a B, há uma regra e um terceiro cuidando dessa regra” (GIANNOTTI, 2000, p. 106), não havendo um Estado a impor transcendentemente esta regra, ou, em termos marxistas, “as pessoas que trocam não são apenas trocadoras, atuam como agentes que respeitam a relação de propriedade e assim por diante. A normatividade está no nível mais elementar das relações sociais” (GIANNOTTI, 2000, p. 106). E, como *meios de apresentação*, “cuja expressão diz respeito aos meios pelos quais os objetos e os fatos se apresentam como objetos representados pelas regras do jogo” (GIANNOTTI, 2000, p. 106). Por exemplo, no caso do *dinheiro* em Marx, meio efetivo de um sujeito A e outro sujeito B se reconhecerem como proprietários de algo que deve circular. Enfim, um sistema de dupla necessidade interligado no mesmo plano: *história categorial* e *história do vir-a-ser* (GIANNOTTI, 2000, p. 107). E isso, ao transpor para a análise do capitalismo, vai de total encontro ao que Gianotti (2021) explica por *gramática do capital*, tal como seu hiperativo wittgensteiniano recorre, em que define como uma:

[...] regulação de coisas ligadas a comportamentos verbais ou não verbais, mas sempre com sentido, Ludwig Wittgenstein a chama de gramatical. Não estou falando da gramática da língua portuguesa ou da francesa, mas das próprias relações sociais na medida em que moldam coisas, em que são logos (GIANNOTTI, 2021, s/p).

Neste problema específico, o filósofo uspiano questiona o seguinte: de um lado, “de como as categorias se repõem através de comportamentos, particularmente o processo de trabalho, cujos parâmetros são reafirmados e adaptados no fim do ciclo produtivo” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). E, de outro lado, “como a história vai construindo situações e instituições determinadas – o dinheiro, o trabalho livre, etc. – que passam a ter novo sentido quando se integram num novo sistema” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). Tal análise leva em consideração que existe “nessa passagem uma invenção, uma liberdade, que não está configurada no mero decorrer do tempo” (GIANNOTTI, 2000, p. 103) que, por sua vez, “abre uma cesura entre a regra e o

processo efetivo de segui-la, pois só assim a repetição da regra pode desenvolver sentidos que, se são roubados para que ela possa ser reposta, deixam rastro cujo significado vai ser aproveitado num novo sistema normativo” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). Em geral, é o problema do processo central da reprodução, ou, em outros termos, é o problema da reiteração de um comportamento.

Nessa direção, diante desses dois lados e de uma certa liberdade em sua passagem, Giannotti (2000) reflete sobre como “as expressões da troca se generalizam, estabelecem um campo em que certas ações se tornam corretas e outras falsas do ponto de vista do sistema econômico, deixando sempre a margem elementos que fogem dele” (GIANNOTTI, 2000, p. 103), formulando o seguinte: “Contradiriam tais elementos as identificações gerais do sistema, isto é, suas leis, ou se poriam apenas como seus momentos antagônicos?” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). Isto é, a reprodução do sistema de expressão seria contraditória ou não, já que existe *uma cesura entre a regra e o processo efetivo* de segui-la? Releva-se o debate giannottiano da contradição.

Para esta resposta, observam-se dois caminhos. Em um primeiro caminho, se houvesse a contradição entre tais elementos das identificações gerais do sistema “haveria no próprio sistema uma força interna que o levaria a implosão e à sua superação” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). Agora, em um segundo caminho, se pusesse apenas como momento antagônico, não formando uma contradição, “o futuro não estaria inscrito no passado, pois os elementos antagônicos não estariam vinculados a uma força interna única responsável pela superação” (GIANNOTTI, 2000, p. 103), caindo na fragmentação do todo como um exemplar momento. Aparece, para Giannotti, a importância de colocar e discutir tal problema por Wittgenstein.

Diante desse cenário, Giannotti usa de Wittgenstein em um ponto que diz ser semikantiano, no movimento de se perguntar o seguinte: “como é possível entender, do ponto de vista das ações concretas, sem o espírito absoluto, sentidos que são contraditórios e que levam a reposição de certas identidades, embora pondo outras que fogem desse processo de totalização” (GIANNOTTI, 2000, p. 103). Conclui que para compreender tal processo é preciso “ampliar a noção de expressão” (GIANNOTTI, 2000, p. 103), indo ao encontro do filósofo da linguagem em muitos aspectos e contra o hegelianismo em tantos outros.

Para tanto, ampliando seu leque wittgensteiniano, o conceito de *esquema operatório* se torna importante, porque pressupõe tal como a ampliação da noção de *expressão*, uma certa *totalização imaginária*. Neste caso, é preciso colocar no *esquema operatório* tanto a reiteração de um comportamento, que implica uma relação de transformação dos objetos que estão sendo manipulados, como uma transformação da relação de *alteridade*. Isto é, é preciso colocar no nível da própria relação de operação tanto as alterações nas determinações dos objetos mobilizados como as alterações do outro, o qual precisa reconhecer uma certa regra de propriedade. O processo interior, deste modo, integra-se à finalidade de toda uma forma de sociabilidade, por assim dizer, sua *totalização imaginária*. Assim, é possível “encontrar ao mesmo tempo, no processo mais elementar do metabolismo do homem com a natureza relações de transformações e relações de dever-ser: o que é e o que deve ser se amalgamam embora sejam aspectos diferentes do mesmo movimento” (GIANNOTTI, 2000, p. 103).

Tal *totalização imaginária* e seu *esquema operatório de meios de representação e apresentação* se movimentam no que se define como o *logos prático* de Giannotti com Wittgenstein. Em termos contextualizados é preciso perguntar: como é que se forma esse *logos prático* no caso do capitalismo? “No caso do capitalismo, essa articulação é feita graças ao fato de que cada um desses objetos se exprime sob a forma de valor: a articulação do valor é uma expressão dessa articulação das forças produtivas” (GIANNOTTI, 2000, p. 105). Isto é, ao valor se relacionar com as forças produtivas edifica-se um *esquema operatório* no *nível da expressão* em que tanto o valor como as forças produtivas são vistas com relação ao outro no mesmo processo de sua planificação.

Nesse sentido, a interrogação de como as forças produtivas mudam permanentemente o processo será parte especial do *esquema operatório*. É um mundo bipolar, por assim dizer, pois existe o objeto em um mundo e seu alçamento como *expressão* em outro transformado em *signo*. Ou seja, objeto e signos formam um mundo bipolar, pois por mais que o mundo do próprio objeto seja relegado de diferentes maneiras e caia o mundo dos signos no que alguns críticos diriam de *solipsismo* (vida e mundo um só, só o indivíduo entende a sua própria linguagem), tal como Gyorgy Lukács (2012) se poria contra Wittgenstein. “Ora, a noção marxiana da



composição orgânica do capital, que diz que as forças produtivas são expressas em termos de valor, refere-se, a meu ver, a esse processo pelo qual os objetos passam a ser significados, uns em relação aos outros” (GIANNOTTI, 2000, p. 105).

E é aqui que Marx e Hegel se distinguem, a fim de fazer uma ressalva importante de Giannotti e de sua leitura hegeliana de Marx, pois Hegel “parte do pressuposto de que a expressividade se dá no nível do conceito, da relação silogística da regra com seu caso. Desse modo, é a atividade inscrita no silogismo, como expressão do Absoluto” (GIANNOTTI, 2000, p. 105). E Marx inverte esse movimento de constituição, examina “como a proporção tecnológica se expressa em termos de valor, desde cada fator de produção seja pensado como momento da produção em geral” (GIANNOTTI, 2000, p. 105-106). Em outras palavras, uma reviravolta. Contudo, não distante, sempre se questiona: teria Marx “de fato conseguido levar a cabo seu projeto de revirar — seja lá como se entenda essa inversão — a lógica especulativa hegeliana sem pagar seu tributo ao logicismo místico?” (GIANNOTTI, 2010, p. 70). Isso porque, basicamente, Giannotti considera que por mais anti-hegeliano que Marx (e, neste caso, Feuerbach) seja, será sempre preciso a ele conservar ao menos o movimento trinitário do *Conceito* e a *teoria da contradição*, assim como, por conta disso, se limitar ao *Espírito Absoluto*, pois só assim a contradição se sustenta.

Desta maneira, dado esse movimento materialista histórico-dialético, por exemplo, da tecnologia para o valor e sua expressão, seria preciso explicar como “o desenvolvimento tecnológico altera esse processo de medida e expressão das articulações das forças produtivas em termos de valor” (GIANNOTTI, 2000, p. 106). Respondendo, para Giannotti (2000) isso acontece na ampliação do conceito de *expressão*, pois, como pressupõe, não existe de um lado uma lógica formal e de outro lado uma lógica da contradição (objetos iguais e contraditórios) (GIANNOTTI, 2000, p. 106). Isso é para o filósofo, sem economias de palavras, uma brincadeira, uma tolice: “Como seria possível o discurso e o cérebro separarem os lóbulos, um aceitando a contradição real, e o outro, não?” (GIANNOTTI, 2021, s/p). Restaria concluir com Wittgenstein, que afirma que “a existência da contradição real não equivale a afirmar a existência da luta e dos antagonismos, implica ainda transformar o real num *lógos*, numa forma de expressão” (GIANNOTTI, 2000, p. 106).

Então, em resumo, uma leitura wittgensteiniana expõe que as categorias do capital são *determinações do pensamento* em Marx, que por ser uma *sintaxe gramatical do capital* manifestaria a contradição inscrita como *expressão*, uma *expressão ampliada*, perfazendo os poros de toda relação do objeto e do signo (FILHO, 2008) que dialoga mais com o *Wittgenstein tractariano*. Pois, se em um primeiro momento Wittgenstein tenta pela análise das expressões simbólicas, estas subjacentes à linguagem, chegar ao fundamento da própria linguagem, em um segundo momento não busca mais a essência da linguagem, e sim a considera um conjunto de práticas históricas que forjam provisórias partições, tal como foi a expressão simbólica, um mito vindo do uso de uma regra, cabendo aí a expressão tida por Giannotti.

Ou seja, neste caminho, para Giannotti não se trata de tentar o impossível, de tentar reproduzir o real pelas abstrações razoáveis até descender à efetividade concreta enquanto pensamento concreto, porquanto é impossível alcançar plenamente a objetividade no plano da idealidade. A razão, pois, é sempre descentrada com relação aos seres reais, há um rebatimento lógico que diz respeito sempre a reflexão do próprio pensamento. Portanto, a verdade não é concreta, e sim, ao “se passar no plano do pensamento, opera na esfera das regras lógicas específicas à idealidade, aos jogos de linguagem” (FILHO, s/d, p. 7). Um wittgensteiniano pessimista que entende Marx como um intelectual que repõe o fantasma da metafísica da crença de “instauração no mundo de formas do pensamento” (FILHO, s/d, p. 7) vai ao encontro da crítica de Chasin (1995), que Filho (s/d) sintetiza bem, tendo tais noções giannottianas como impedidas de “compreender o processo de autoconstituição dos indivíduos no interior da interatividade humano-societária, do evoluir da autoedificação humana no bojo de contradições reais” (FILHO, s/d, p. 10), se armando pelo “construtivismo produzido pelos juízos extraídos de regras gramaticais, regras da lógica imputativa, porquanto não extraída por meio das abstrações reais” (FILHO, s/d, p. 10).

Nisto tudo, por fim, cabe ressaltar também, junto a Chasin (1995) e seu intérprete Filho (s/d), uma última crítica de Schwarz (s/d). Como um crítico literário que é, o autor é avesso a Giannotti quando este faz a relação de Marx e Wittgenstein,

questionando se é uma boa ideia conceber o modo de produção capitalista como uma gramática das relações de trabalho. Ele rebate diante dessa associação:

A gramática se aprende à custa de exercícios e reprovações. Ao passo que o funcionamento do capital, sempre juízo de ser regrado, requer castigos de outra espécie, descritos por Marx no capítulo tremendo sobre a acumulação primitiva, ou singelamente explicitados no arsenal das grandes potências. Nos dois casos seguem-se regras, mas -e daí? Vistas as disparidades, não vale mais apenas distinguir que aproximar? Será o caso agora de chamarmos o desemprego de solecismo? O que se ganha ao apresentar o capital como o grande gramático de nosso tempo? (SCHWARZ, s/d, p. 11-12)

Isto é, frente ao massacre, exclusão, estupros, torturas, exploração e violência sistemática e ininterrupta que a reprodução do capital efetiva, o que se torna uma gramática do capital de exercícios e reprovações? Não é uma linguagem que não se encaixaria menos do que o absurdo que já é o capital? Tal gramática suportaria todas as suas quantificações e qualificações objetivas e subjetivas que leva o peso de uma sociabilidade em desenvolvimento desde o século XV? Nesse sentido, Schwarz (s/d) continua:

No livro de Marx, a figura correspondente seria o sujeito automático, em que também está representada a engrenagem econômica operando sem direção consciente. Acho a figura melhor, pelo cunho fantasmagórico, de sinal negativo, e pela tarefa implícita de desalienação. Rebatendo o capital sobre a gramática, Giannotti inverte o rumo da crítica marxista. Esta procura trazer à luz a luta social por trás da ordem e das formas estabelecidas, tais como suponhamos a equidade das trocas entre capital e trabalho, ou a unidade linguística de um país. Ao passo que a assimilação à gramática mais encobre do que revela. No fim de contas, é um preciosismo do tipo que permite grandes efeitos a mestres do humor negro, como Kafka e Borges, sensíveis ao absurdo de dar nomes pacíficos à ordem atroz (SCHWARZ, s/d, p. 11-12).

Isto é, chama-se a atenção alternativamente a um Marx que é um intelectual que constitui um todo artístico-literário junto com seus estudos da economia inglesa, da filosofia alemã e do socialismo francês. Desenvolveria a ironia, a polêmica, a acidez, de igual forma que desenvolveria metaforicamente os vampiros, os fantasmas e, mais essencialmente, a sua característica dialética. Enaltece-se, sobretudo, o espírito concreto, o espírito polêmico e o espírito irônico, tal como a acidez.

Então, em resumo, o debate da contradição feito por Giannotti a partir da sua leitura wittgensteiniana de Marx corre em cima de alguns pressupostos que o formatam e dão conteúdo. Parte-se de todo um arcabouço teórico pelos conceitos e

noções de *esquema operatório*, *modos de representação*, *meios de apresentação*, *expressão ampliada* e *logos prático*. Tratando problemas como a relação entre a história contemporânea das categorias e a história do vir-a-ser de um sistema, ou mesmo da relação da lógica formal e lógica dialética, ou de quando os objetos se transformam em signos ou de como a expressão diz respeito aos meios pelos quais os objetos e os fatos se apresentam como objetos representados pelas regras do jogo, isto é, o problema da relação da regra, dos objetos e do *lógos* (no caso, prático); do Marx incrustado do hegelianismo, e por isso, fatalista, logo emergindo a necessidade de Wittgenstein; da reprodução (de cesura entre a regra e o processo efetivo), de como as categorias se repõem e de como a história vai construindo situações e instituições determinadas que passam a ter novo sentido quando se integram num novo sistema em suas passagens de invenção; dos caminhos da contradição interna ou externa. É também, se considerado a partir de seus críticos, composto de limites, tais como: a falta de compreensão do processo de autoconstituição dos indivíduos no interior da interatividade humano-societária, do envolver da autoedificação humana no bojo de contradições reais e dos limites de uma gramática do capital que sustente a complexidade dos meandros frente a um Marx artístico-literal. Dentre outras teorias, sobressaem-se problemas e críticas.

Dito isso, permite-se avançar na leitura hegeliana por Giannotti, pois o autor analisaria que a ideia de uma contradição real está profundamente vinculada à lógica especulativa hegeliana, de *identidade entre objeto e conceito*, em que, se existe a contradição real, esta realidade só pode estar no nível do *Conceito*, do *Espírito Absoluto*, da *especulação* em Hegel, sendo o contrário um absurdo insustentável, um movimento impossível de seguir adiante. Salvo, todavia, as variadas críticas que faz a Hegel e da sua relação com Marx a partir de Wittgenstein, pois seu ponto de aconchego é este último. Por exemplo, Hegel suporta a contradição, assim como perambula na interioridade e exterioridade filosófica, já Wittgenstein não, pois a contradição trava a operação e deve se voltar aos valores de verdade e remanejá-los, ou mesmo se constata como falso seus átomos. Na verdade, o que pode se perceber é que Giannotti traz Marx para dentro de Hegel para assim destroçá-lo no *fatalismo* do *Espírito Absoluto* da *classe universal* e do *fim da história*.

Para reforçar tal tese, dentre todos seus questionamentos e argumentos, Giannotti (2010) analisa que Marx e Engels em relação a Hegel almejam a substituição do “paradigma do Conceito e da Ideia pelo paradigma da produção material” (GIANNOTTI, 2010, p. 19). Mas questiona, nisto, se se parte da afirmação de que um processo produtivo qualquer e sua multiplicação são reconhecidos e unificados pelo pensamento, desta maneira “permanece inteiramente fora da reflexão o fundamento material onde incide o processo de produção e do trabalho” (GIANNOTTI, 2010, p. 19). Só seria possível tal unificação se o “próprio objeto do trabalho seja constituído, como momento expulso dela, pela reflexão do próprio trabalho, assim como, para Hegel, a natureza advém da exteriorização do Espírito” (GIANNOTTI, 2010, p. 19). Desta maneira, para Giannotti, Marx cai no hegelianismo, em que

a dialética como método, a despeito de se assentar em pressupostos inquestionavelmente ontológicos, retoma a oposição entre o representar e o representado, abre uma cesura entre o pensar e o pensado, recusa ver neste último mero sujeito, de sorte que uma coisa em si está sempre escapando da reflexão da produção material e do trabalho (GIANNOTTI, 2010, p. 19).

Para Giannotti (2010), em Marx a “ênfase na positividade ativa, a crítica ao logicismo hegeliano e o valor dado ao papel constitutivo do trabalho configuram, no final das contas, apenas torções de um processo que mantém, a despeito de todo esforço contrário, sua matriz especulativa” (GIANNOTTI, 2010, p. 21). Indagando, por causa disso, “como seria possível lidar com a ideia de alienação sem que a fonte da universalidade humana fosse um gênero, precisamente o Conceito que faz a passagem, na Ciência da Lógica, da lógica subjetiva do silogismo para a categoria de objeto?” (GIANNOTTI, 2010, p. 21). Aqui, Giannotti parte de um Marx hegeliano, usando de todo um arcabouço conceitual de Hegel.

Na verdade, antes de mais nada Giannotti (2000) estabelece um Marx darwiniano, com o homem sendo posto como ser-genérico no início e no fim da história, puramente histórico-natural, ou seja, uma *essência muda* que lhe torna legatário de Feuerbach; e um outro Marx hegeliano, de história teleológica, um verdadeiro profeta. Assim, um Marx fatiado: “um que fala na centralidade da atividade prática sensível, da *práxis*; há outro, que pensa de modo especulativo e místico a lógica do capital e sua superação pela revolução da “classe universal” (FILHO, s/d, p.

4). Deste modo, como entenderia a lógica especulativa hegeliana? “Esta, como sabemos, se converte de imediato numa ontologia do *lógos*, pois a identidade *in fieri* dos elementos do discurso deve ser a mesma das unidades da realidade em movimento racional” (GIANNOTTI, 200, p. 62).

Com vistas a isso, para Schwarz (s/d), no que diz respeito mais particularmente a relação de Marx e Hegel por Giannotti, diz o seguinte:

Contra as teorias mais ou menos positivistas, que vêem nesta um fato apenas do discurso, sem contrapartida no mundo, Giannotti dá razão a Hegel e Marx: em particular atrás do dado econômico, que não é último, existem contradições em processo, que cabe à crítica desvendar e que abrem novas possibilidades lógicas e práticas (ou seja, o socialismo). Por outro lado, Marx tem razão contra Hegel quando acompanha a contradição em seus labirintos e desencontros, desvencilhando-a do esquema de superações inelutáveis da lógica especulativa. Esta a diferença entre a dialética materialista e a idealista. Não obstante, levado pelo engajamento revolucionário, Marx aposta na possibilidade ou certeza da superação e impregna todo o seu projeto político daquele misticismo lógico que denunciara na teoria hegeliana do Estado (SCHWARZ, s/d, p. 7).

Isto é, para Giannotti, se Marx e Hegel têm razão que existem contradições em particular atrás do dado econômico, se apresentando ao avesso quando diz respeito um com outro, Marx está certo de criticar Hegel de toda sua especulação e idealismo. Só que, para Giannotti, Marx vai longe demais ao ter muita certeza da superação do capitalismo quando estas contradições são reais, históricas e estouram aí, no capitalismo, caindo por causa disso em um misticismo lógico a ser criticado. De toda maneira, para o filósofo uspiano, Marx ou é hegeliano, ou não faz sentido nenhum, mantendo uma relação ambígua com a filosofia especulativa de Hegel, pois o *Espírito Absoluto* no *Conceito* atingiria sua *classe universal* em seu tempo histórico, no *Estado prussiano* e no elogio a Napoleão; já Marx faria o mesmo, só que no âmbito da *História*, atingindo o momento predominante das contradições do capitalismo ao comunismo com o desaparecimento do *Estado*.

Em outras palavras, o que se abstrai de Giannotti é que ele se pergunta até que ponto seria possível aplicar a lógica hegeliana sem virar hegeliano, isto é, sem pensar que a realidade seja discurso do próprio *Espírito Absoluto*. E, deste modo, o filósofo caminha no sentido de que para “que uma contradição se resolva em algo superior e lance novo movimento, isso só pode se dar do ponto de vista do Espírito Absoluto, ou seja, quando do próprio discurso se faz a totalidade do ser – do logos” (GIANNOTTI,



2021, s/p). E como? Giannotti divide um Marx hegeliano que com “uma história categorial, a construção da estrutura formal de um modo de produção; de outro, sua história do vir a ser, a implantação desse modo” (GIANNOTTI, 2021, s/p). Neste Marx dilacerado, a contradição pode surgir no nível categorial e, portanto, ser anulada pelos princípios, isto é, não vindo a ser bloqueada. E, neste hegelianismo, se Marx esperava o término da contradição entre capital total e trabalho total, como um fim da história que não aconteceu, logo Marx precisa ser esterilizado do seu hegelianismo, sendo Wittgenstein, como já desenvolvido, o mais apto para tratar das contradições, do *lógos* e da lógica.

Para Hegel, dirá Giannotti (2000), o princípio da identidade se encerra no entendimento, assim superando Aristóteles e o debate dual da filosofia antiga. Desta maneira, o filósofo paulista interpreta Aristóteles com o seguinte argumento: o princípio da não-contradição de Aristóteles é para o conhecimento sobre o objeto que, por sua vez, pressupõe algo existente – diga-se, pressupõe, especula algo existente. Daí a diferença entre *conhecer algo* e *ser algo*. É sobre esse algo existente que não vale o princípio da não-contradição, e sobre o qual Hegel se debruçaria. Pois, “Hegel não pretende se contrapor a Aristóteles, mas encontrar nessas linhas a pré-opção que levou este filósofo a assumir muito depressa a supremacia absoluta e universal do princípio” (GIANNOTTI, 2000, p. 63). Deste modo, talvez aí abra-se um grande espaço para brigar sobre diferentes tipos de contradição, e não apenas uma ou outra de dada tradição que apareceu mais do que as outras na história da filosofia.

Então, nesse sentido, como Giannotti (2000) diz que Marx e Engels se limitam ao misticismo de Hegel, ou não dizem nada com nada? Em um dos seus argumentos desenvolve o seguinte para uma dada resposta:

Essa análise da proposição como identidade da diferença e da identidade e conversão do positivo em negativo depende de pressupostos que nunca poderiam ser admitidos por Engels e Marx. Estes sempre se movem — e o devem fazer se pretendem manter-se “materialistas” —, em última instância, na dualidade entre pensamento e ser, sendo impossível o ser se transformar inteiramente em *lógos*. Desse ponto de vista que nega os parâmetros pelos quais Hegel converte o entendimento em razão não se pode descrever a proposição “O lírio é uma planta” — correta porque o lírio é de fato uma planta — como se possuísse o conteúdo de verdade pelo qual o conceito de lírio se diferencia naquilo em que se identifica: o lírio e a planta são idênticos do ponto de vista da planta, mas diferentes porque, segundo o próprio Engels, “planta” é uma abreviação para designar vários objetos. Lírio e rosa são casos do

conceito "planta", e se entre o conceito e seus casos há uma diferença, esta não pode provir da força da planta se diversificar (GIANNOTTI, 2000, p. 65).

Ou seja, o movimento de Giannotti é mostrar como Marx tem traços fundamentais de Hegel, depois dizer como Marx e Hegel confundem contradição com contrariedade e, por fim, propor Wittgenstein como o filósofo de tradição mais adequada para lidar com a contradição em uma *gramática do capital* e todo seu arsenal. Explica ele, por assim dizer, que Marx e Hegel costumam “dizer que toda mudança é contraditória, mas em geral se confundem antagonismo e contrariedade com a contradição no seu sentido estrito” (GIANNOTTI, 2010, p. 9).

Enfim, inaugura-se no marxismo brasileiro uma leitura wittgensteiniana e hegeliana de Karl Marx que provoca uma inflexão paradigmática no debate da contradição que perdura até os dias atuais. O que une, diante dessa visão giannottiana, Hegel e Wittgenstein para criticar Marx, a ser superado.

### Considerações Finais

Arthur Giannotti, portanto, é um filósofo que marcou a intelectualidade e o marxismo brasileiro a partir da segunda metade do século XX. Mais do que ler Marx, Hegel e Wittgenstein, contribuiu para construir uma identidade brasileira e legou um paradigma intelectual a ser relevado, discutido e criticado. Diz-se aqui que ele é um polemista e vanguardista que promoveu um forte e importante intercâmbio com muitas tradições europeias e norte-americanas em prol de um debate nacional, demonstrando razoabilidade com a relação do que vem de fora e do que é de dentro do país. Intelectualizou o marxismo e o levou ao âmbito filosófico mais duro, as vezes não popular e, por isso, institucional, formando em todo o seu percurso um grupo crítico de intelectuais brasileiros em sua dissidência.

Em meio a isso, com um perfil interdisciplinar, trouxe sobretudo para dentro do marxismo e da USP a leitura de Marx por Hegel e Wittgenstein, uma das mais novíssimas, tal como a *gramática do capital*, assim como outras já velhas e resgatadas, tal como o *marxismo-hegelianismo*. Do arcabouço de Wittgenstein para ler Marx se apresenta um dilema a ser refletido em meio ao desenvolvido, que forma a seguinte pergunta: Giannotti é confortável ao movimento dominante que vem dos

finais do século XX da *virada linguística*, da *socialdemocracia*, do avanço das tecnologias de comunicação e da linguagem e, sobretudo, pelo desatrelamento do capital financeiro do capital produtivo em se autovalorizar sem pés e mãos, assim como as burguesias dominantes desejam? Ou de fato há a falência do *fim do trabalho* e é necessário enfrentar agora e dessa vez um mundo linguístico, comunicacional e intersubjetivo, sendo a objetividade dura e crua bobagem a ser subalternizada? Se na afirmativa da primeira pergunta tem-se um Giannotti previsível, na afirmativa da segunda pergunta tem-se um Giannotti inovador.

Já a leitura de Marx a partir de Hegel é diferente, muito embora exibindo a mesma reflexão da identidade entre *pensamento* e *ser*, cabendo refletir o caráter *fatalista/messiânico* de um Marx que vê apenas no final do túnel a destruição total ou o comunismo total; *mecânico*, de um Marx de maneira travada que relaciona uma lógica formal e uma lógica dialética; *especulativo* e *idealista*, de um Marx que não é dotado de um *estatuto ontológico* e vê o mundo pela fechadura de uma natureza, objetividade e nexos causais desconhecidos.

Frente a tudo isso, as críticas de José Chasin (1995) e Schwarz (s/d) são de significativa importância, chave interpretativa do que poderia ser os limites do filósofo uspiano. Giannotti chegou a compreender o processo marxiano de autoconstituição dos indivíduos no interior da interatividade humano-societária? Tal como exposta, a *gramática do capital* sustentaria todo o absurdo que *já* é o capital, visto toda a apreensão, constituição e exposição artístico-literária marxiana d'*O Capital*? Como avisado, aqui se expõe resultados parciais e iniciais de uma pesquisa em andamento que, com base no que foi desenvolvido, coloca em reflexão tais pontos a serem respondidos, os quais o artigo faz muitos apontamentos.

## Referências

ARANTES, Paulo. **Um departamento francês de ultramar**: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência dos anos de 1960). Coleção Sentimentos da Dialética. São Paulo: [s/n], 2021.

BRITO, Leonardo Octavio Belinelli de. **Um marxismo ocidental brasileiro?** Uma reflexão sobre o Seminário d'O Capital. Publicado em Comunicação apresentada por ocasião do VIII Colóquio Marx Engels, organizado pelo Centro de Estudos Marxistas (CEMARX) da Unicamp. Fevereiro de 2015. Disponível em:

[https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/leonardo%20octavio%20brito%209939.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos2015/leonardo%20octavio%20brito%209939.pdf). Acesso em: 25.mai.2022.

CHASIN, José. Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. *In*: TEIXEIRA, Francisco José Soares. **Pensando com Marx**. São Paulo: Ensaio, 1995.

GIANNOTTI, José Arthur. **Certa herança marxista**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

GIANNOTTI, José Arthur. Contra-dicção. **Analytica**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2013, p. 139-147.

GIANNOTTI, José Arthur. Dialética futurista e outras demãos. **Novos Estudos**, n. 57, jun./2000, p. 59-79.

GIANNOTTI, José Arthur. **Giannotti**: Considerações sobre “O capital”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/07/27/giannotti-consideracoes-sobre-o-capital/>. Publicado em: 27 jul 2021. Acessado em: 29.mai.2022.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

NOBRE, Marcos; REGO, José Marcio. **Conversa com filósofos brasileiros**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

RAGO FILHO, Antonio. A filosofia de José Arthur Giannotti: marxismo adstringido e analítica paulista. **Revista Verinotio de educação e ciências sociais**, n. 9, ano V, nov. 2008.

RAGO FILHO, Antonio. **Lógica das coisas versus coisa da lógica**. O confronto de posições entre J. A. Giannotti e J. Chasin no marxismo brasileiro. Disponível em: [https://www.unicamp.br/cemarx/anais\\_v\\_coloquio\\_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao2/Antonio\\_Rago.pdf](https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt1/sessao2/Antonio_Rago.pdf). Acessado em: 29.mai.2022.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o capital - fragmentos para a história de uma geração. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, jul./dez. 2005, p. 150-177.

SCHWARZ, Roberto *et. al.* **Nós que amávamos tanto O Capital**: leituras de Marx no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

SCHWARZ, Roberto. **O neto corrige o avô (Giannotti x Marx)**. Disponível em: [http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Schwarz,%20Roberto/Roberto%20Schwarz%20%20O%20neto%20corrige%20o%20av%20\(Giannotti%20x%20Marx\).pdf](http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/autores/Schwarz,%20Roberto/Roberto%20Schwarz%20%20O%20neto%20corrige%20o%20av%20(Giannotti%20x%20Marx).pdf). Acesso em: 25.mai.2022.

Recebido em: 30.05.2022.  
Aprovado em: 04.08.2022.